



## PERCEPÇÕES E VIVÊNCIAS LGBTQIA+ NAS ESCOLAS

### LGBTQIA+ PERCEPTIONS AND EXPERIENCES IN SCHOOLS

**Rainei Rodrigues Jadejiski** – UFES – Vitória – Espírito Santo – Brasil  
[raineirj@hotmail.com](mailto:raineirj@hotmail.com)

**Maurício Valeriano Gomes** – UNINTER – Curitiba – Paraná – Brasil  
[ir.vvaleriano@hotmail.com](mailto:ir.vvaleriano@hotmail.com)

**Alessandra Ribeiro Lima** – UFES – Vitória – Espírito Santo – Brasil  
[alessandrarl2011@hotmail.com](mailto:alessandrarl2011@hotmail.com)

#### RESUMO

O objetivo deste artigo é problematizar o modo como os professores LGBTQIA+ percebem e vivenciam questões ligadas aos gêneros e às sexualidades no âmbito escolar. Para tanto, nos valemos de uma metodologia predominantemente qualitativa e coletamos os dados por meio de um formulário on-line (*Google Forms*). Participaram do estudo 21 docentes que se identificam com LGBTQIA+. A partir dos resultados, construímos discussões estabelecendo um diálogo entre as ideias dos sujeitos pesquisados, os aportes teóricos e nossas percepções. Refletimos e ponderamos que a escola, apesar de ser um dos espaços mais difíceis para declarar a sexualidade que se desvia do padrão heteronormativo, deve ser vista como um ambiente para estimular o respeito mútuo, o diálogo, o acolhimento e a aceitação das diferenças.

**Palavras-chave:** Discriminação Sexual; Escola; Heteronormatividade; Pessoas LGBTQIA+; Preconceito Sexual.

#### ABSTRACT

The purpose of this article is to problematize the way in which LGBTQIA+ teachers perceive and experience issues related to gender and sexualities in the school environment. To this end, we use a predominantly qualitative methodology and collect data through an online form (*Google Forms*). Twenty-one teachers who identify with LGBTQIA+ participated in the study. From the results, we built discussions establishing a dialogue between the ideas of the researched subjects, the theoretical contributions and our perceptions. We reflect and ponder that the school, despite being one of the most difficult spaces to declare sexuality that deviates from the heteronormative standard, should be seen as an environment to encourage mutual respect, dialogue, acceptance and acceptance of differences.

**Keywords:** Sexual Discrimination; School; Heteronormativity; LGBTQIA+ People; Sexual Prejudice.

---

## PARA INÍCIO DE CONVERSA ...

Ser LGBTQIA+<sup>1</sup> num país como o Brasil é conviver com medo de ter a vida interrompida pelo simples fato de existir. O Relatório *Observatório de Mortes Violentas de LGBTI+ no Brasil – 2020*, divulgado pela Associação Acontece Arte e Política LGBTI+<sup>2</sup> e pelo Grupo Gay da Bahia<sup>3</sup> (GGB) evidenciou dados estatísticos alarmantes acerca da morte de pessoas LGBTQIA+ em nosso país. De acordo com esse documento, em 2020, pelo menos 237 pessoas foram mortas no Brasil vítimas de homolesbotransfobia<sup>4</sup>. As travestis e mulheres trans, dentro desse total, tiveram o maior número de registros de vidas ceifadas: 161 mortes, o que corresponde a 70% (GASTALDI et al, 2021).

Esses dados revelam a dimensão do preconceito e da violência que atingem as pessoas que não se enquadram dentro dos padrões impostos pela sociedade heteronormativa. Os números reforçam que as discussões acerca dos gêneros e das sexualidades necessitam de ser pauta de discussão social, a fim de romper com a desinformação da sociedade e com intolerância contra as pessoas LGBTQIA+.

É comum escutarmos, por exemplo, discursos que associam gênero ao sexo biologicamente definido com o nascimento do indivíduo, entretanto, as questões que envolvem identidades de gênero não podem ser pensadas de maneira única e simples e, tão menos, reduzidas ao alinhamento com o sexo biológico, posto que o modo como o ser se identifica sexualmente, fisicamente e psicologicamente parte de um constructo social e não está atrelado diretamente a fatores biológicos, conforme nos apontam Barbosa et. al. (2019, p. 7) “[...] o sexo determinado ao nascer não interfere diretamente

---

<sup>1</sup> Neste estudo, optamos por utilizar a sigla LGBTQIA+ para nos referirmos a Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, travestis e transgêneros, *Queer*, Interssexuais, Assexuais e demais orientações sexuais e identidades de gênero (+).

<sup>2</sup> Organização da Sociedade Civil que atua principalmente em Florianópolis (SC), defendendo e promovendo a liberdade das orientações sexuais e das identidades de gênero. Saiba mais sobre essa associação em <https://www.acontecelgbi.org/>.

<sup>3</sup> Mais antiga associação de defesa dos direitos humanos dos homossexuais no Brasil. Saiba mais sobre essa associação em <https://grupogaydabahia.com>.

<sup>4</sup> Este termo foi difundido no Brasil a partir da 18ª Parada do Orgulho LGBT que aconteceu em São Paulo(SP), em 2014, com o lema “País vencedor é país sem homolesbotransfobia: Chega de mortes! Criminalização já!”. Essa terminologia refere-se à unificação de três fobias: homofobia, lesbofobia e transfobia. Saiba mais sobre isso em <https://transconnection.wordpress.com/2014/08/28/homolesbotransfobia/>.

---

na construção de identidade de gênero imposta socialmente, ou seja, os indivíduos que se identificam como gênero fluido<sup>5</sup> vão completamente contra o determinismo social”.

Silva (2005), ao contextualizar historicamente o conceito de gênero, diz que a palavra “gênero”, aparentemente, foi empregada pela primeira vez num sentido similar ao usado atualmente em 1955 pelo biólogo estadunidense John Money para tratar dos aspectos sociais do sexo. Para o autor, antes dessa data, a palavra estava limitada à gramática, para indicar o “sexo” dos substantivos e, posteriormente, ganhou uma definição mais aprimorada, opondo-se a “sexo”: “gênero” faz referência aos aspectos socialmente construídos do processo de identificação sexual, enquanto “sexo” se limita aos aspectos exclusivamente biológicos da identidade sexual. Trata-se de uma separação questionada atualmente por algumas perspectivas teóricas.

Quando falamos de gêneros e sexualidades, não podemos restringir nossa compreensão a uma ideia binária de sexos. Precisamos compreender que, por mais desafiador que possa parecer, existem fronteiras sexuais e são nelas que muitos indivíduos vivem. O lugar social em que alguns sujeitos habitam é marcado pela ambiguidade entre as identidades de gênero/sexuais (LOURO, 2004). Há pessoas que não se identificam com o binarismo homem/mulher, como por exemplo os transgêneros, os andróginos, os agêneros, os de gêneros fluido, dentre tantos outros (BARBOSA, et. al. 2019).

Ao aproximarmos esse debate das sexualidades com os desígnios que sustentam as ideias do sujeito pós-moderno de Hall (1998), podemos pensar na proposição de que alguns indivíduos assumem identidades [no caso, sexuais] distintas em diferentes momentos, essas múltiplas identidades podem ser contraditórias ao passo que “[...] somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente” (HALL, 1998, p. 13).

---

<sup>5</sup> De acordo com Barbosa et. al. (2019, p. 9) “Um indivíduo de gênero fluido não nasce com seu gênero definido, mas de antemão nasce com o seu sexo determinado por conta do seu órgão biológico, ou seja, um corpo sexuado onde é imposta uma categoria social em forma de função, e a partir disso ele tem que começar essa construção”.

---

Nessa perspectiva, Junqueira (2013, p. 487), ao afirmar que as assunções identitárias não condizem necessariamente aos comportamentos, exemplifica que “[...] podemos ser ou parecer masculinos ou femininos, masculinos e femininos, ora masculinos ora femininos, ora mais um ora mais outro, ou não ser nenhuma coisa ou outra, sem que nada disso diga necessariamente respeito a nossa sexualidade”. Reafirmando esse pensamento, acreditamos que a sexualidade é um campo que não cabe limitações, pelo contrário, sua extensão é uma de suas principais características.

Outra questão que merece destaque nos debates envoltos nessa temática é a orientação sexual. Ela, em linhas gerais, está relacionada ao desejo afetivo e sexual que uma pessoa sente por outra ou por outras. Sem termos a pretensão de restringir o conceito, mas no intuito de exemplificá-lo, podemos tomar como exemplos de orientação sexual as seguintes nomenclaturas: homossexual, heterossexual, bissexual, pansexual, assexual, entre outras.

Diante disso, neste estudo, problematizamos o modo como os professores LGBTQIA+ percebem e vivenciam questões ligadas aos gêneros e às sexualidades no âmbito escolar. A partir dos resultados, construímos discussões estabelecendo um diálogo entre as ideias dos sujeitos pesquisados, os aportes do referencial teórico utilizado e nossas percepções.

## **PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS E SUJEITOS DA PESQUISA**

A metodologia utilizada neste estudo foi predominantemente qualitativa. Minayo (2002) esclarece que pesquisas dessa natureza respondem a questões muito particulares e se apresentam num nível de realidade que não pode ser quantificado e nem reduzido a operacionalização de variáveis. Por transitarem num universo de significados, crenças e percepções, as pesquisas qualitativas aprofundam-se no mundo das ações e das relações humanas. Entretanto, cabe salientar que “o conjunto de dados quantitativos e qualitativos, porém, não se opõem. Ao contrário, se complementam, pois a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia” (MINAYO, 2002, p. 22).

---

Dentro dessa abordagem, como técnica de investigação da problemática em tela, utilizamos um questionário. Esse instrumento de coleta de dados, segundo Gil (1995, p. 124), tem "por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc". Optamos por divulgá-lo de forma *on-line*, por meio do *Google Forms*, devido à possibilidade de ele chegar a pessoas dispersas em diferentes áreas geográficas, mantendo o anonimato dos sujeitos envolvidos na pesquisa e permitindo uma flexibilidade da pessoa questionada declarar suas respostas no momento mais propício.

Esse questionário continha uma introdução apresentando o propósito da pesquisa e trazia questões objetivas e subjetivas que versavam sobre as percepções e vivências acerca de questões relacionadas às sexualidades, às orientações sexuais, às identidades de gênero, ao preconceito e à discriminação sexual, ambos contextualizados no âmbito da escola – instituição pensada enquanto espaço público de diálogo e produção de saberes.

Optamos em selecionar como sujeitos desta pesquisa apenas professores que se identificam como LGBTQIA+, pois analisamos o fenômeno pesquisado partindo da ótica da representatividade de pessoas que vivem e sentem na pele o que é ser LGBTQIA+. Nossa escolha não teve o intuito de afirmar que somente LGBTQIA+ podem falar sobre o assunto, pois entendemos que qualquer pessoa pode debater qualquer assunto a partir do lugar que ocupa socialmente (RIBEIRO, 2017). Outrossim, como optamos por escrever a partir de vivências, restringimos os nossos sujeitos, sem, no entanto, termos a pretensão de defendermos uma ideia restrita e preconceituosa do lugar de fala<sup>6</sup>.

Para alcançar esses respondentes, fizemos a divulgação do questionário por meio da rede social Whatsapp. Como critério de seleção dos participantes, fomos divulgando o link do formulário *on-line* para aqueles professores que se identificam como LGBTQIA+. O convívio social desses professores conosco ou com pessoas próximas a nós serviu de base para essa seleção. Essa abordagem aos sujeitos aconteceu com muita cautela e respeito para evitar possíveis constrangimentos.

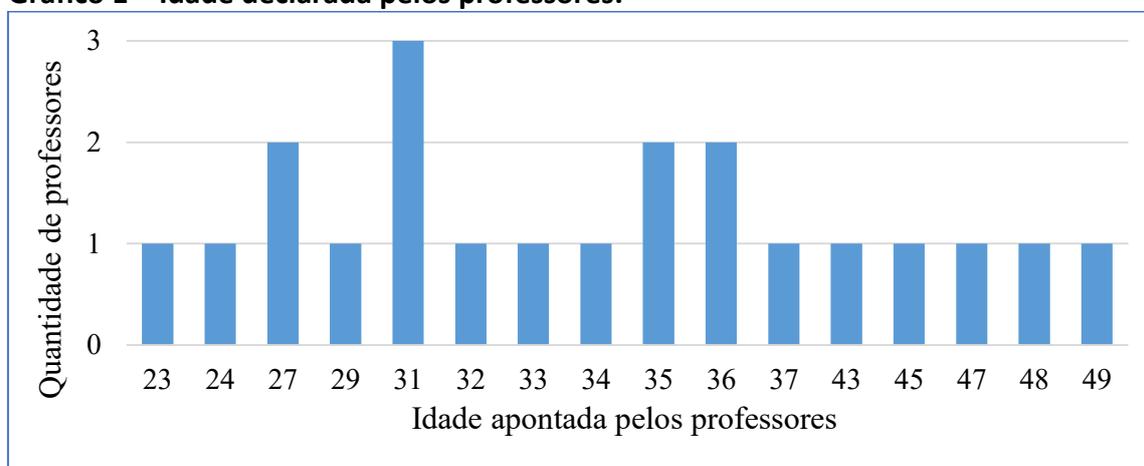
---

<sup>6</sup> Lugar de fala é o lugar que o indivíduo ocupa na sociedade. Nessa lógica, qualquer pessoa pode falar sobre qualquer assunto, a partir do seu lugar social (RIBEIRO, 2017).

Catalogamos 21 questionários no cômputo geral das respostas válidas. Todos eles foram respondidos por professores LGBTQIA+, sendo 19 do sexo biológico masculino e 2 do feminino. A totalidade dos respondentes apontou se identificar com o sexo biológico de registro civil na certidão de nascimento. Quanto ao estado civil, 19 declararam ser solteiros, 1 declarou viver em união estável e 1 relatou que é casado.

Como podemos observar no gráfico que segue, o *corpus* de sujeitos desta pesquisa apresenta uma heterogeneidade bem expressiva nas faixas de idade, variando entre 23 e 49 anos.

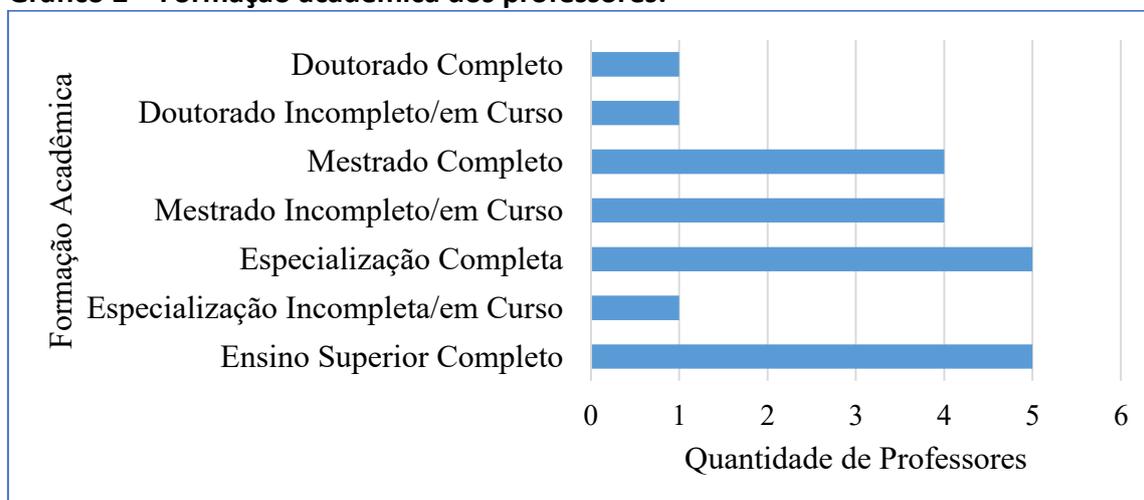
**Gráfico 1 – Idade declarada pelos professores.**



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Essa heterogeneidade dos professores também pode ser observada na formação acadêmica, conforme o gráfico a seguir nos mostra.

**Gráfico 2 – Formação acadêmica dos professores.**

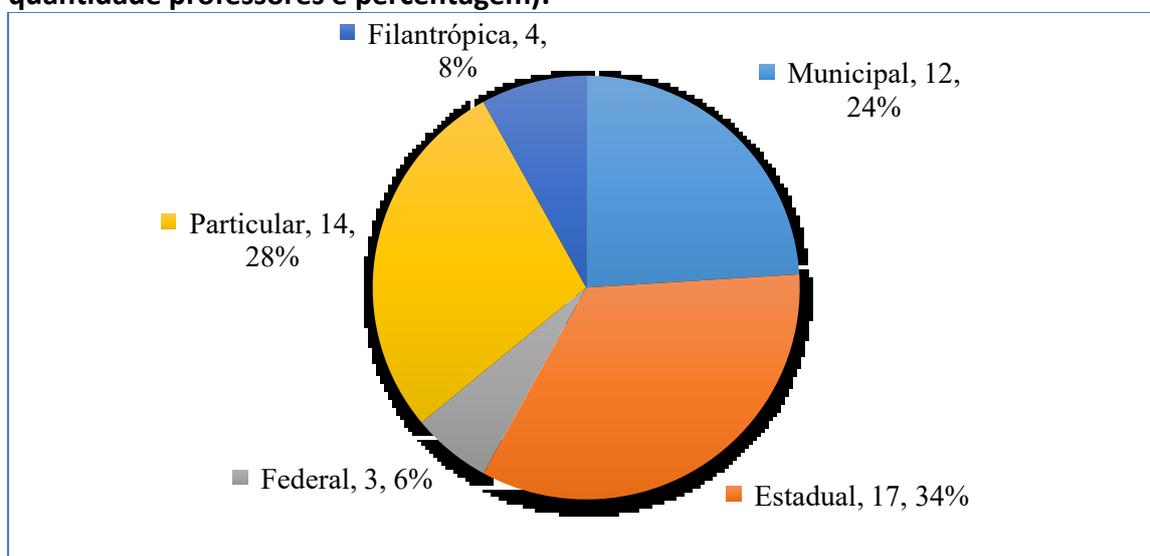


Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Esse gráfico nos permite observar que grande parte dos docentes tem pós-graduação em nível *lato sensu* e/ou *stricto sensu*, ou seja, que os sujeitos da nossa pesquisa são majoritariamente professores especialistas, mestres e doutores. Esse dado é importante, pois acreditamos que a formação acadêmica é um fator que interfere no discurso e na percepção dos sujeitos.

Esses sujeitos apresentam atuação em diferentes redes de ensino, conforme podemos observar no gráfico a seguir.

**Gráfico 3 – Redes de atuação dos professores ao longo da vida profissional (em quantidade professores e percentagem).**

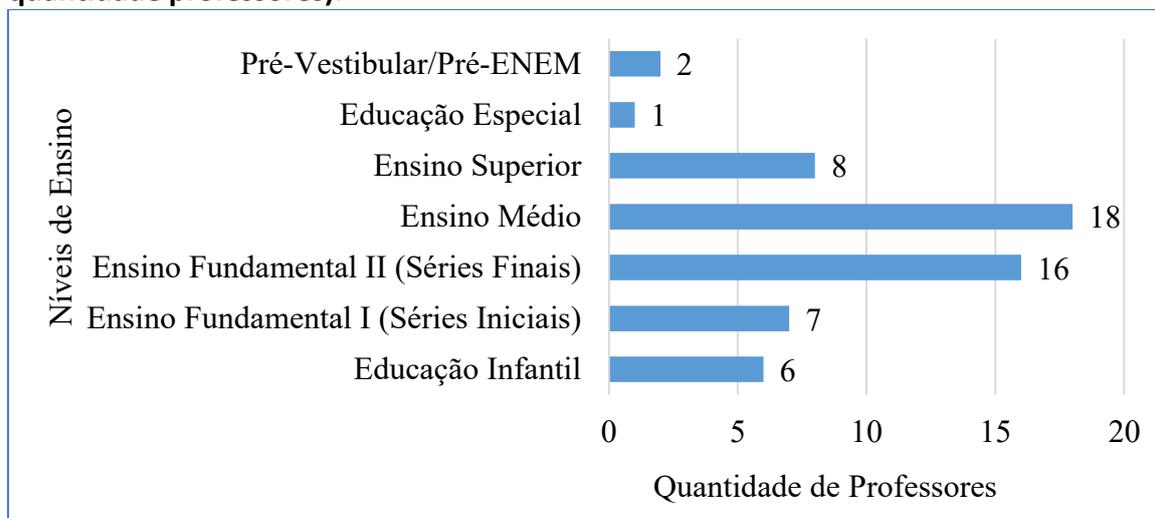


Fonte: Dados da pesquisa (2020).

O gráfico revela que nossos respondentes apresentam atuação em diferentes redes de ensino, sobressaindo a rede pública estadual sobre as demais. Identificar as redes de ensino em que esses professores atuam ou atuaram é importante para evidenciar os diversos cenários a partir dos quais eles reproduzem os seus discursos que são baseados em vivências e experiências.

É comum, na carreira docente, os profissionais atuarem em diferentes níveis de ensino, como podemos constatar no gráfico que segue.

**Gráfico 4 - Níveis de atuação dos professores ao longo da vida profissional (em quantidade professores).**



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Visualizamos, no gráfico, que os professores apresentam atuação em todos os níveis de ensino, sobretudo nos Anos Finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio. Esses dados são relevantes, pois sinalizam que há percepção da temática a partir da atuação com estudantes de diferentes faixas de idade.

Para dialogar conosco e com os sujeitos da nossa pesquisa na análise dos dados coletados, buscamos uma literatura que versa sobre as discussões acerca das questões LGBTQIA+, sobretudo em contexto escolar. Sendo assim, o presente estudo é composto por diversas vozes e pistas corporificadas em discursos individuais e coletivos. Muitas dessas vozes discursam sobre um mesmo objeto: os gêneros e as sexualidades.

### **É SEMPRE VÁLIDO ESCLARECER PARA QUEBRAR TABUS**

A convivência com pessoas LGBTQIA+ pode influenciar na sexualidade de alguém? Com esse questionamento, buscamos conhecer as percepções dos sujeitos dessa pesquisa acerca da relação entre o convívio social e a orientação sexual. Alcançamos um consenso nas respostas: todos afirmaram que não existe influência. O Professor

---

14<sup>7</sup>(2020), por exemplo, enfatiza que “[...] a fruição da sexualidade está circunscrita ao plano intersubjetivo, onde a tendência natural se materializa independente do convívio ou não com pessoas [LGBTQIA+]”. Embora a base da sociedade seja voltada à cultura da heterossexualidade, tida como a ideal a ser seguida, é notório o pluralismo sexual existente.

A orientação sexual é involuntária ao indivíduo. Não se trata, portanto, de uma escolha, de uma opção. Em consonância com esse pensamento, o Professor 21 (2020) expõe: “Orientação sexual não é uma escolha. Erroneamente algumas pessoas chamam de opção sexual, entretanto, acredito que seja uma descoberta de autoconhecimento [...]” e o Professor 3 (2020) acrescenta: “Orientação sexual é natural. Já nascemos assim, mas com o passar dos anos vamos nos descobrindo. Às vezes pode ser bastante difícil passar por essas descobertas, pois vivemos em uma sociedade preconceituosa [...]”.

Nessa direção, partindo do pressuposto de que a orientação sexual é natural, ou seja, ontológica ao próprio ser, defendemos que existem diferentes maneiras de enxergar, sentir e viver a sexualidade e todas elas se ancoram na individualidade humana. “Embora tenhamos a possibilidade de escolher se vamos demonstrar, ou não, os nossos sentimentos, os psicólogos não consideram que a orientação sexual seja uma opção consciente que possa ser modificada por um ato da vontade” (BRASIL, 2004, p. 29).

Em outro questionamento é colocado em reflexão a associação entre comportamento e sexualidade. A opinião dos respondentes, em sua maioria, evidenciou que definir a sexualidade de alguém com base em traços de comportamentos ou formas de expressão é uma associação preconceituosa alimentada pela sociedade heteronormativa. O Professor 15 (2020), nesse alinhamento de respostas, destacou que “Na sociedade machista em que vivemos, a estética sempre vai determinar o que somos ou deixamos de ser, por causa de preconceitos estruturais se perduram. No entanto, não deveria ser assim”.

Os indivíduos que fogem do padrão heteronormativo imposto pela sociedade têm maiores chances de serem vítimas de preconceito e discriminação sexual, pois o

---

<sup>7</sup> Considerando que os docentes que participaram desta pesquisa não se identificaram nominalmente, optamos por utilizar números após o nome “Professor” como codinomes para nos referenciarmos aos sujeitos deste estudo, que muito contribuíram com suas narrativas carregadas de percepções e vivências.

---

preconceito cria uma ideia distorcida sobre as diferenças que envolvem o âmbito das sexualidades. A intolerância, demasiadamente presente nas relações humanas, fomenta ações excludentes que podem vir a se materializar em agressões físicas e/ou emocionais, causando uma desestabilização dos sujeitos e privando-os do direito de livre expressão.

O preconceito, como a própria palavra já faz menção, é um pré-julgamento caracterizado pela nocividade e ignorância que preenche a construção do termo. Já a discriminação advém de uma ação baseada em preconceitos já enraizados no ser que a pratica. A partir dela, os direitos de outrem são violados, transgredidos devido à repulsa por determinados grupos de pessoas, como por exemplo negros, mulheres, indígenas, minorias sexuais, entre outros. Para Carvalho et. al. (2012, p. 147), “ [...] enquanto o preconceito corresponde a um juízo de valor antecipado, a discriminação é o ato de estabelecer diferenças, distinções e separações. Em outras palavras, ela é a materialização do preconceito”. Quem é vítima de discriminação pode desenvolver traumas irreparáveis, já que ela “gera e reforça o preconceito enquanto o preconceito cria uma base ideológica para a discriminação e sua racionalização” (CARVALHO et. al., 2012, p. 148).

Em ambientes escolares, são inúmeros os relatos de vítimas de discriminação, muitos relacionados a questões de orientações sexuais e identidades de gênero. A escola, um ambiente onde se espera liberdade de expressão e desenvolvimento sociocultural, em alguns casos se torna cenário de represárias.

### **DISCRIMINAÇÃO SEXUAL NA ESCOLA: UM OLHAR D@S PROFESSOR@S LGBTQIA+**

A prática da discriminação sexual é uma realidade presente em muitos espaços sociais, dentre eles, a escola. É corriqueiro escutarmos e até mesmo vivenciarmos situações em que algum (a) estudante se torna alvo de gozação, por parte dos colegas, dos professores ou de outros membros da comunidade escolar, por apresentar comportamentos que não são considerados "culturalmente" adequados em relação ao seu sexo biológico. “Na escola, pela afirmação ou pelo silenciamento, nos espaços reconhecidos e públicos ou nos cantos escondidos e privados, é exercida uma pedagogia

---

da sexualidade, legitimando determinadas identidades e práticas sexuais, reprimindo e marginalizando outras” (LOURO, 2000, p. 21).

A escola, como espaço de formação e de normatização dos sujeitos, demasiadas vezes alimenta o que Junqueira (2013, p. 481) chama de *Pedagogia do Armário*: um “conjunto de práticas, relações de poder, classificações, construções de saberes, sujeitos e diferenças que o currículo constrói sob a égide das normas de gênero e da matriz heterossexual”. Os sujeitos da nossa pesquisa contribuíram com relatos que evidenciam e ilustram esses tipos de ocorrências nas instituições escolares. Vejamos alguns:

A Professora 3 (2020) expôs que havia em sua turma da Educação Infantil um estudante que apresentava gesticulações e a voz um pouco mais fina que a dos demais colegas. Na visão da regente, esse fato fez com que as outras crianças começassem a chamá-lo de “perereca”, porque ainda não conheciam a palavra gay. Ela complementa dizendo que “[...] esse comportamento era claramente homofóbico e houve todo um trabalho entre a escola e a família das crianças para acabar com essa situação”.

Felipe e Bello (2009) colocam que é precipitado nomear determinados comportamentos na infância como homofobia, entretanto chamam “a atenção para o fato de que muitas crianças, desde a mais tenra idade, já expressam uma profunda rejeição a todo e qualquer comportamento que fuja aos padrões estabelecidos pela cultura em relação à masculinidade” (p. 147).

Quando trabalhava em uma escola de periferia ofertante do Ensino Fundamental, o Professor 15 (2020) narrou que presenciou uma situação que o levou a sentir que um estudante do 8º Ano ficou muito constrangido. O docente, em seu relato, descreveu que o referido estudante estava dançando funk e “[...] uma servente se sentiu incomodada com o menino dançando como as meninas dançavam, que ela atravessou o pátio gritando ele pelo nome e o sentou num banco ao lado dela, dizendo que ele era homem e não poderia dançar daquela forma”. O comportamento da servente é um dos muitos exemplos que ilustram a colocação de Junqueira (2009, p. 15), quando o autor afirma que “A escola configura-se um lugar de opressão, discriminação e preconceitos, no qual e em torno do qual existe um preocupante quadro de violência a que estão submetidos milhões de jovens e adultos LGBT”.

---

O Professor 19 (2020) diz ter presenciado diversas situações envolvendo discriminação sexual no ambiente escolar. Ele contou que, no ano de 2020, deparou-se com um cenário de uma aluna trans sendo perseguida, de forma sistemática, pela coordenação da escola, devido a um conflito sobre o uso do banheiro. Para Junqueira (2013, p. 491), nas escolas, as pessoas transgêneras “tendem a enfrentar obstáculos para se matricular, participar das atividades pedagógicas, ter suas identidades respeitadas, fazer uso das estruturas escolares (como os banheiros) e preservar sua integridade física”<sup>8</sup>.

Essas vivências elencadas ratificam as falas do Professor 4 (2020), focalizada na epígrafe deste artigo, quando ele diz que: “A Lgbtobia, infelizmente, ainda faz parte de nosso meio social e a escola não está isenta disso. Há uma vigilância coletiva de comportamentos que fujam a norma [...]”. Nas escolas, essa vigilância acontece reiteradamente dentro das salas de aula, nos corredores, nos banheiros, ou seja, em múltiplos espaços.

Os professores respondentes da nossa pesquisa, em sua maioria, declararam estar preparados para fazer intervenções frente a situações de discriminação sexual contra pessoas LGBTQIA+ na sala de aula. Alguns traçaram alternativas utilizadas na tratativa dessa problemática, tais como palestras, rodas de conversa, propostas de redação, dentre outras. Entre as respostas, também apareceram ressalvas: alguns assinalaram a existência de desafios por conta da sociedade preconceituosa que prima pela heteronormatividade como via única de acesso a sexualidade estabelecendo barreiras as discussões de sexualidades, sobretudo, entre os estudantes mais jovens.

Assim como a sala de aula, a sala dos professores é um espaço que, por vezes, carece de intervenções quando surgem questionamentos sobre as sexualidades dos estudantes. Em muitos casos, o teor das conversas foge da seriedade necessária ao assunto e parte para uma face pejorativa, reproduzindo instantaneamente discursos marcados pelo preconceito. Diante dessa premissa, colocamos em questionamento a reação dos sujeitos deste estudo, caso vivenciassem discussões sobre as sexualidades dos

---

<sup>8</sup> Essas e outras questões também são problematizadas em: NASCIMENTO, Letícia Carolina. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

---

estudantes na sala dos professores. Nossos respondentes externalizaram distintas reações, como podemos ler nos seguintes recortes de falas:

“Analisaria o discurso sendo dito. Ajudaria a defender se fosse correto e condenaria e criticaria se fosse preconceituoso” (PROFESSOR 7, 2020).

“Eu? Sinceramente não iria influenciar. O conhecimento é liberdade. Entretanto, a ignorância do saber sem ler é algo que não se muda nas pessoas” (PROFESSOR 10, 2020).

“Já presenciei e disse para se reduzirem aos seus ‘achismos’ e estudarem, pois, discutir sobre a sexualidade alheia não é função docente” (PROFESSOR 12, 2020).

“[...] Procuraria problematizar as questões de gênero e sexualidade na educação e na vivência social, mostrando que isso não é um fator impeditivo da aprendizagem, e que a escola é um espaço plural por excelência, e deve respeitar a todos [...]” (PROFESSOR 14, 2020).

“[...] questiono se estamos respeitando a ética profissional levantando esse tipo de diálogo. Me coloco no lugar do aluno e digo que eu não me sentiria confortável em saber que meus mestres estavam debatendo sobre minha sexualidade [...]” (PROFESSOR 21, 2020).

Enquanto estudante e/ou professor, você já vivenciou alguma situação discriminatória referente a sua sexualidade? Relate. Esse questionamento objetivou resgatar, a partir de narrativas, alguns momentos em que a discriminação se fez presente na vida dos respondentes desse estudo e como eles lidaram com as situações vivenciadas. Vejamos, de início, o depoimento do Professor 16 (2020) quando ele era estudante do Ensino Médio:

Quando adolescente, no Ensino Médio, sempre era alvo de discriminação por ter "trejeitos" de homossexual, porém sempre contornei bem a situação considerando meu desempenho nas disciplinas. Como tinha sempre notas mais altas, as pessoas precisavam se dirigir a mim para dúvidas e ajudas. Assim, conseguia conversar com os colegas e essas brincadeiras iam parando [...].

Esse testemunho vai ao encontro das teorizações de Junqueira (2009), quando o autor diz que os adolescentes e jovens estudantes homossexuais, bissexuais ou transgêneros são repetidas vezes movidos/as a incorporar a obrigação de apresentarem um desempenho escolar acima da média, pois estão inseridos/as em um cenário de *stress*,

---

intimidação, assédio, não acolhimento e desqualificação constantes. Para o autor, “Tal como ocorre com outras “minorias”, esse/a estudante tende a ser constantemente impelido/a a apresentar “algo a mais” para, quem sabe, “ser tratado/a como igual” (p. 26).

Esse mesmo docente também relata uma experiência de discriminação sexual que vivenciou no primeiro dia de aula enquanto professor em uma sala da Educação de Jovens e Adultos (EJA):

[...] uma aluna tirou uma foto minha e publicou no status do WhatsApp com a frase "Essa Coca é Fanta". Alguns alunos viram e me mostraram. A aluna foi chamada para prestar esclarecimentos e suspensão, mas antes de sair eu voltei à sala e conversei com todos. Fui bastante duro na fala, dizendo que esse comportamento hoje é tido como crime e que independente da minha posição eu exigia respeito. Após esse episódio, eu consegui ter uma excelente relação com a turma e inclusive com a aluna, que pediu desculpas [...]  
(PROFESSOR 16, 2020)

Já o Professor 9 (2020) conta a sua experiência escolar como estudante gay e negro em meio a timidez:

Eu era uma criança muito calada, me achava estranho, nunca me levantava pra responder ou dizer nada, mesmo discordando de muita coisa. A parte que mais me fazia ficar triste era já aula de educação física, sempre o último a ser escolhido e sempre visto como fraco, tendo que escutar piadinhas, mas eu nunca me impus, sempre fiquei calado, pois tinha medo de chamarem minha mãe e pra mim isso seria a maior vergonha. Eram piadas sobre meu jeitinho, meu cabelo, super crespo e minha fisionomia, eu além de tudo era negro, eu costumava dizer, que pra mim, o preconceito é triplicado. (PROFESSOR 9, 2020)

O depoimento desse professor ratifica as teorizações de Oliveira (2017). Para a autora, “o controle sobre o gestual, aí incluídos cortes de cabelo, a escolha das roupas e o vocabulário, é recorrente nas falas de muitos homossexuais negros que passam pela incômoda situação de estarem em constante vigilância” (p. 98).

Muitas vezes a discriminação se materializa em processos homofóbicos violentos marcados pela agressão verbal consorciada com a física, conforme a resposta do Professor 15 (2020) ilustra:

Enquanto estudante [...] levei até cadeirada no Ensino Médio, os colegas riam de mim. Enquanto professor não, eu deixo bem claro que sou gay, me assumo mesmo. Acredito que por isso há o respeito. Às vezes acontece uma piadinha, que dependendo do grau, faço vista grossa. Mas tive um relato de um aluno que bateu em um gay em um carnaval desses da vida porque é homofóbico e vem de uma família homofóbica. Mas que segundo o próprio, depois da convivência comigo, em sala de aula, percebeu que "isso" (ser gay) não tem nada a ver.

---

Em muitos casos, para Junqueira (2009), os processos de internalização da homofobia são fortalecidos, fazendo com que a vítima se sinta culpada, envergonhada e até merecedora da agressão sofrida, mantendo-a sem reação, em silêncio e entregue ao pior. As violências física e simbólica fazem com que a vítima coopere para legitimar a agressão e favorecer o agressor e seus cúmplices, encorajando-os a continuarem agindo e coagindo. Aliado a isso, “A falta de solidariedade por parte de profissionais, da instituição e da comunidade escolar diante das mais corriqueiras cenas de assédio moral contra estudantes LGBT pode produzir ulteriores efeitos nos agressores e nos seus cúmplices” (p. 27).

Nessa direção, quando os profissionais da escola naturalizam a homofobia e se isentam de responsabilidade frente a atos de discriminação presenciados, eles fomentam que situações como a relatada a seguir se tornem frequentes: “Durante a adolescência sofri bullying de estudantes da minha escola, no trabalho já sofri discriminação, professores dizendo que não tinham nada contra mim, mas que não aceitavam minha orientação sexual” (PROFESSOR 17, 2020).

A escola e demais instituições da sociedade democrática em que vivemos, na visão de Junqueira (2009, p. 29), “devem envidar esforços para coibir e impedir que a selvageria intolerante cause ulteriores sofrimentos e para diminuir os efeitos que ela possa ter (até mesmo na alimentação do desprezo e do ódio em relação a outros grupos) ”.

Outrossim, como forma de enfrentamento desses quadros, ressaltamos a importância de a escola instruir e reforçar o respeito mútuo entre as pessoas, independente de suas diferenças, pois o respeito é um princípio constitucional e deve ser assegurado a qualquer ser humano. Os docentes precisam se enxergar como mediadores do diálogo, haja vista que o ambiente escolar deve abarcar o diálogo como ferramenta promotora de transformações.

## **GÊNEROS E SEXUALIDADES NA ESCOLA**

Dentre os espaços mais complicados para declarar a sexualidade está a escola. Essa instituição, historicamente, vem negando qualquer tipo de desejo sexual que não

---

seja pelo sexo oposto, isso dificulta que muitos sujeitos admitam a condição de homossexual ou bissexual [entre tantas outras]. Todavia, o espaço que deveria ser caracterizado pelo saber em seus múltiplos aspectos, torna-se palco do desconhecimento e da ignorância quando envolve o trato de questões relacionadas a sexualidade (LOURO, 2000).

A escola transformou-se em lugar reiteradamente rodeado por preconceitos que levam a diversas ordens de discriminações, dentre elas a homofobia, que por ser sistematicamente consentida, cultivada e ensinada no cotidiano escolar, produz efeitos sobre todos e todas (JUNQUEIRA, 2013). “Tratamentos preconceituosos, medidas discriminatórias, ofensas, constrangimentos, ameaças e agressões físicas ou verbais têm sido uma constante na rotina escolar de um sem-número de pessoas” (JUNQUEIRA, 2013, p. 484).

Não é raro vermos a mídia divulgando dados da violência contra pessoas LGBTQIA+, inclusive nos espaços escolares. Sendo assim, as instituições de ensino não devem impor padrões sexuais ou de gêneros, pelo contrário elas precisam fomentar a liberdade, a pluralidade e a autodescoberta, estimulando os estudantes a agir respeitosa e no convívio em sociedade, pois “[...] a construção dos gêneros e das sexualidades dá-se através de inúmeras aprendizagens e práticas, insinua-se nas mais distintas situações, é empreendida de modo explícito ou dissimulado por um conjunto inesgotável de instâncias sociais e culturais [...]” (LOURO, 2008, p. 18). Dentro dessas instâncias está a escola, um espaço que legitima as ações que reproduzem os papéis de gênero.

Nessa vertente, compactuamos com o pensamento do Professor 4 (2020) quando ele diz que: “Se queremos enfrentar o preconceito, não há outra forma senão através do diálogo. E as escolas são um excelente espaço para isso”. Ainda assim, as discussões sobre gêneros e sexualidades na escola são um assunto que divide opiniões, como podemos ver nas falas dos sujeitos desta pesquisa:

“Acho válido desde que seja para o Ensino Médio” (PROFESSOR 6, 2020).

Ela deve acontecer de maneira transversal e não ser tomada como uma discussão separada. Em todos os momentos de fala de constituição de família, de sociedade, de anatomia essas informações devem aparecer, pois não é um assunto novo e sempre

---

existiu dentro da composição social. Então deve ser tratada com naturalidade e não como tabu (PROFESSOR 16, 2020).

“Na atual conjuntura, estamos reféns de boa parte das famílias que está convicta que esses tópicos não devem ser discutidos na escola. O professor tem que ter muita habilidade para tratar do assunto” (PROFESSOR 20, 2020).

“Importantíssimo! Inclusive, os documentos oficiais que compreendem a escola básica precisam ser mais objetivos ao incluírem essa demanda no pensamento curricular” (PROFESSOR 15, 2020).

“Deve ser trabalhado, mas deve saber como ser trabalhado, visto que para alguns é um assunto delicado e para outros é um assunto polêmico” (PROFESSOR 7, 2020).

Observamos um dissenso entre os discursos supracitados, entretanto, defendemos que a escola, enquanto instituição de ensino, necessita ser um espaço democrático de debate de diversos assuntos, dentre eles, gêneros e sexualidades, numa discussão que extrapola os limites dos conteúdos curriculares das disciplinas e reflete nos modos como os estudantes percebem o mundo.

Nessa acepção, Louro (2000) assevera que a escola nos deixa marcas que não se refletem nos conteúdos curriculares, mas sim nas situações cotidianas e nas experiências que vivemos com professores (as) e colegas. A autora sustenta a ideia de que “[...] as marcas que nos fazem lembrar, ainda hoje, dessas instituições têm a ver com as formas como construímos nossas identidades sociais, especialmente nossa identidade de gênero e sexual” (2000, p.11).

Complementando essa discussão, Junqueira (2009, p. 30) destaca que “as temáticas relativas às homossexualidades, bissexualidades e transgeneridades são invisíveis no currículo, no livro didático e até mesmo nas discussões sobre direitos humanos na escola”, sendo assim, espera-se que essa instituição incite essas discussões e defenda o convívio harmônico e equânime entre as pessoas, estimulando o respeito as diferenças, sejam elas quais forem e fomentando a produção do conhecimento e o desenvolvimento da criticidade dos sujeitos que por ela passam.

---

## FINALIZANDO SEM CONCLUIR

A padronização de comportamentos, escolhas e pensamentos são pontos perceptíveis na cultura heteronormativa que limita e impossibilita o avanço da liberdade em seus múltiplos aspectos. Partindo da premissa de que vivemos em uma sociedade constitucionalmente democrática, é fundamental que todos os direitos sejam preservados e todas as especificidades humanas sejam respeitadas.

A conscientização, materializada pelo respeito às diferenças, pode contribuir para diminuir as estatísticas de mortes e discriminação de pessoas identificadas socialmente como minorias sexuais, ou seja, de sujeitos desviantes do padrão heteronormativo que rege a sociedade contemporânea. Nessa direção, a escola é um ambiente propício para fomentar o respeito mútuo, dado que esta instituição, por atender uma diversidade de pessoas, deve ser um lugar de diálogo, acolhimento e aceitação das diferenças.

As vivências e percepções de professores (as) LGBTQIA+ acerca dos desdobramentos que envolvem as sexualidades no âmbito escolar nos ratificaram que o enfrentamento à discriminação sexual é uma tarefa contínua que necessita da devida atenção da sociedade. A escola, enquanto esfera social, no propósito maior de despertar possíveis mudanças na forma de pensar e enxergar as diferenças, não deve ser omissa frente a situações de discriminação, pelo contrário, essa instituição precisa discutir o problema e avançar em ações que oportunizem a liberdade de expressão e o autoconhecimento.

Ademais, evidenciamos que esse artigo pode ser encarado como um estímulo para estudos posteriores, dado que a temática abordada é ampla e pode repercutir em múltiplos ângulos e olhares. Sendo assim, este trabalho apresentou uma visão particular, mas não única do fenômeno elencado, já que as vivências e percepções aqui exploradas podem ser analisadas a partir de diferentes pontos de vista.

Enquanto pesquisadores iniciantes e inexperientes na área de gêneros e sexualidades, reconhecemos nossas limitações em relação às discussões sobre essa temática, sobretudo por estarmos cientes de que a chance de fazermos reflexões

---

equivocadas é muito grande. Diante disso, colocamo-nos à disposição dos demais estudiosos sobre o assunto para futuros debates.

## REFERÊNCIAS

BARBOSA, Ana Carla da Silva et. al. Gênero fluído: a autopercepção da construção de identidade de gênero fluído nos padrões normativos. **Psicologia pt o portal dos psicólogos**. 2009. Disponível em <<https://www.psicologia.pt/artigos/textos/A1346.pdf>>. Acesso em 20 abril 2020.

BRASIL. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil Sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual (Cartilha)**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

CARVALHO, Ana Paula Comin. Preconceito e discriminação, estereótipos e estigmas. In: CARVALHO, Ana Paula Comin [et. al]. **Desigualdades de gênero, raça e etnia**. Curitiba: Intersaberes, 2012. p. 141-154.

FELIPE, Jana. BELLO, Alexandre Toaldo. Construção de Comportamentos Homofóbicos no Cotidiano da Educação Infantil. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (org.). **Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009, p. 141-157.

GASTALDI, Alexandre Bogas Fraga et al (Orgs). **Observatório de Mortes Violentas de LGBTI+ no Brasil - 2020: Relatório da Acontece Arte e Política LGBTI+ e Grupo Gay da Bahia**. 1. ed. – Florianópolis: Editora Acontece Arte e Política LGBTI+, 2021. Disponível em <<https://observatoriomortesviolentaslgbtibrasil.org/2020-1>>. Acesso em 06 mar 2022.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 2ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Homofobia nas Escolas: um problema de todos. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (org.). **Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009, p. 13-51.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **Pedagogia do armário: a normatividade em ação**. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 7, n. 13, p. 481-498, jul./dez. 2013.

LOURO, Guacira Lopes. **Pedagogias da Sexualidade**. In: LOURO, Guacira Lopes (org). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Autêntica: Belo Horizonte, 2000. P. 7-34.

---

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho**: Ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero e sexualidade**: pedagogias contemporâneas. *Pro-Posições*, v. 19, n. 2 (56) - maio/ago. 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 28 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1994. p. 9-29.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. **O diabo em forma de gente**: (R)Existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação. 2017. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná. 2017.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?**. Belo Horizonte (MG): Letramento, 2017.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução as teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

---

**Rainei Rodrigues Jadejiski** - Doutorando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGE/UFES). Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPGEA/UFRRJ - 2019). Licenciado em Geografia e em História pela Faculdade Castelo Branco (FCB - 2010, 2013), em Pedagogia pelo Centro Universitário Internacional UNINTER (2018) e em Educação do Campo com habilitação em Ciências Humanas e Sociais pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES, 2018). Professor efetivo de Geografia da Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo - SEDU/ES, localizado na coordenação pedagógica.

**Maurício Valeriano Gomes** - Bacharel em Administração pela Faculdade Mantense dos Vales Gerais - INTERVALE (2017), Bacharel em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário Internacional UNINTER (2022). Licenciando em História pelo Centro Universitário Internacional UNINTER.

**Alessandra Ribeiro Lima** - Bacharela em Serviço Social pela Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória (EMESCAM/2012). Licenciada em Pedagogia pela Faculdade Brasileira (FABRA/2014) e em Educação do Campo, com habilitação em Linguagens, pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES/2018). Especialista em Educação, Pobreza e Desigualdade Social (UFES/2017). Atua como pedagoga na Prefeitura Municipal de Serra/ES e professora efetiva de educação infantil na Prefeitura Municipal de Vitória/ES.

---

Recebido para publicação em 16 de julho de 2021.

Aceito para publicação em 03 de março de 2022.

Publicado em 15 de março de 2022.